

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2017

## Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S<sup>as</sup>. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 1. GESTÃO EMPRESARIAL

### 1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2017, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$85.214 mil. No exercício de 2016, foram pagos R\$213.379 mil.

Pagamentos de Contraprestações (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2016	2017
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	95.933	2.252
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	90.827	70.853
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	26.619	12.109
<b>Total</b>	<b>213.379</b>	<b>85.214</b>

Essa redução se deve ao fato de várias contraprestações terem sido pagas diretamente pelo Estado de Minas Gerais, sem intermédio da EMIP.

A Companhia atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis.

Tendo em vista a crise econômica vivenciada pelo país, bem como o fato de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP possuírem baixa liquidez, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados.

Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 92 imóveis, registrados pelo valor de R\$7.407 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$1.772 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$5.635 mil.

<b>Estoque de Imóveis</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>
Posição em 31/12/2016	110	8.361
Imóveis vendidos	(18)	(954)
Impairment acumulado de imóveis disponíveis para venda	-	(1.772)
<b>Posição em 31/12/2017</b>	<b>92</b>	<b>5.635</b>

## **1.2. Recursos Humanos**

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2017, a EMIP possui em seu passivo o montante de R\$65 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

## **2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, receita operacional líquida de R\$551 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 42% em relação ao exercício de 2016, quando auferiu R\$551 mil.

O custo apurado no exercício totalizou R\$745 mil, composto por: (i) R\$705 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$30 mil relativo ao custo de avaliação de imóveis; (iii) R\$10 mil relativo ao IPTU. No exercício anterior, o custo foi 52% superior, totalizando R\$1.549 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2017, prejuízo operacional bruto de R\$194 mil, enquanto no exercício de 2016 o prejuízo foi de R\$605 mil. Os prejuízos brutos observados em ambos os exercícios ocorreram porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2017 foi de R\$198 mil, inferior em 25% ao resultado apurado no exercício de 2016, que foi de R\$263 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2017 prejuízo líquido de R\$1.917 mil, valor 55% inferior ao prejuízo do exercício anterior, que totalizou R\$4.230 mil. A melhoria do resultado em 2017 deveu-se a dois fatores:

- (a) A redução do custo operacional superou o decréscimo da receita líquida, gerando uma melhoria de 67% no resultado bruto;
- (b) No exercício de 2016, foi reconhecido impairment de imóveis disponíveis para venda no valor de R\$2.137 mil, enquanto, em 2017, houve reversão de impairment no valor de R\$116 mil decorrente de novos laudos de avaliação dos imóveis.

Apesar do prejuízo auferido em 2017, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados, uma vez que, apesar da redução da receita líquida, a redução do custo operacional propiciou uma considerável melhoria no resultado bruto. Outrossim, considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Diretoria considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

### **3. AUDITORIA INDEPENDENTE**

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

### **4. AGRADECIMENTOS**

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

A Administração.

# **Demonstrações Financeiras**

## **EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente

# **EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 30 de março de 2017, com ênfase sobre o processo de parcerias público-privadas "PPPs", descrito na nota 15.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better  
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 24 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Flávio de Aquino Machado  
Contador CRC-1MG065899/O-2



## EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.022	140
Tributos a recuperar	6	132	200
Estoque de imóveis para comercialização	8	5.635	6.224
Outras contas		35	30
Total do ativo circulante		<u>6.824</u>	<u>6.594</u>
Depósitos judiciais		-	91
Créditos com o EMG	5	-	41.028
Tributos a recuperar	6	1.224	1.197
Imobilizado		1	1
Total do ativo não circulante		<u>1.225</u>	<u>42.317</u>
Total do ativo		<u><u>8.049</u></u>	<u><u>48.911</u></u>
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	10.a	65	757
Salários e encargos sociais		228	21
Tributos a recolher		216	149
Obrigações por repasse	9	1.735	81
Total do passivo circulante		<u>2.244</u>	<u>1.008</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	10.066	50.248
Prejuízo acumulado	11.d	(4.262)	(2.345)
Total do patrimônio líquido		<u>5.804</u>	<u>47.903</u>
Total do passivo		<u><u>8.049</u></u>	<u><u>48.911</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita	12	<b>551</b>	944
Custos	13	<b>(745)</b>	(1.549)
Resultado bruto		<b>(194)</b>	(605)
Despesas administrativas	13	<b>(2.134)</b>	(1.755)
Outras receitas		<b>97</b>	4
Perda/reversão no valor recuperável de imóveis para venda	8	<b>116</b>	(2.137)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<b>(2.115)</b>	(4.493)
Receitas financeiras	14	<b>208</b>	309
Despesas financeiras	14	<b>(10)</b>	(46)
Receitas financeiras, líquidas		<b>198</b>	263
Resultado antes dos impostos		<b>(1.917)</b>	(4.230)
Impostos de renda	7	-	-
Contribuição social	7	-	-
Resultado do exercício		<b>(1.917)</b>	(4.230)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		<b>(4,01)</b>	(8,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Resultado do exercício	11.d	<b>(1.917)</b>	(4.230)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		<b>(1.917)</b>	(4.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Notas	Capital social				Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Capital Social a realizar	AFAC	Reclassificações de PPP	Legal	Retenção de Lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>547.664</b>	<b>(40.540)</b>	<b>-</b>	<b>(461.500)</b>	<b>1.885</b>	<b>3.468</b>	<b>-</b>	<b>50.977</b>
Aumento de Capital	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Integralização de Capital	-	40.540	-	-	-	-	-	40.540
Aumento de Capital com retenção de lucros	3.468	-	-	-	-	(3.468)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	162.554	-	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior	1.156	-	-	-	-	-	-	1.156
Reserva legal	-	-	-	-	(1.885)	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	-	-	-	(213.094)	-	-	-	(213.094)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>562.288</b>	<b>-</b>	<b>162.554</b>	<b>(674.594)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.345)</b>	<b>47.903</b>
Aumento de Capital	248.614	-	(248.614)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	86.060	-	-	-	-	86.060
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP	-	-	-	(85.371)	-	-	-	(85.371)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017	-	-	-	(40.871)	-	-	-	(40.871)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.917)	(1.917)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>810.902</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(800.836)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.262)</b>	<b>5.804</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	<b>(1.917)</b>	(4.230)
Ajustes para:		
Perda/reversão na recuperação de imóveis para venda	<b>(116)</b>	2.137
	<b>(2.033)</b>	(2.093)
(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	-	-
(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	<b>41</b>	(34)
(Aumento)/diminuição imóveis para venda	<b>705</b>	1.517
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	<b>91</b>	(91)
(Aumento)/diminuição contas a receber do EMG	<b>(85.214)</b>	(213.378)
(Aumento)/diminuição de outras contas	<b>(4)</b>	(10)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	<b>(692)</b>	656
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	<b>207</b>	4
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	<b>67</b>	76
Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	<b>1.654</b>	(605)
Caixa usado nas atividades operacionais	<b>(85.178)</b>	(213.958)
Aumento capital social	<b>86.060</b>	213.094
Caixa proveniente de atividades de financiamento	<b>86.060</b>	213.094
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<b>882</b>	(864)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<b>1.022</b>	140
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<b>140</b>	1.004
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<b>882</b>	(864)
Movimentação não Caixa		
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017	<b>40.871</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais)*

## 1 Contexto operacional

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da MGI, possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

## 2 Base de Preparação

### *a. Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2018.

### *b. Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

### *c. Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

*d. Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

*a. Instrumentos financeiros*

*i) Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

### **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

#### *ii) Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### *iii) Capital social*

### **Ações ordinárias**

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

#### ***b. Estoque de imóveis para comercialização***

Representados por unidades imobiliárias, com intenção de venda. São demonstrados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo Custo histórico e o valor líquido de realização correspondente ao preço de venda estimado menos custos para vender. A Administração constitui provisão para perda dos estoques sem expectativa de realização. (veja nota 8).



**c. *Redução ao valor recuperável (impairment)***

*i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

**d. *Provisões***

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**e. *Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**g. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipadas.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido..

Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

**(a) Classificação e mensuração**

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os imóveis destinados para venda cotados atualmente como disponíveis para venda, são mantidos para captar fluxos de caixa. A Companhia analisou as

características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

#### **(b) Redução ao valor recuperável**

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Em relação aos imóveis, a perda no valor recuperável é dada pela desvalorização dos imóveis no momento da avaliação para a venda. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

#### **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

A Companhia atua na venda de imóveis. Esses imóveis são provenientes de aumento de capital promovido pela controladora MGI, em janeiro de 2014, mediante incorporação de imóveis.

#### **Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### **Outras alterações**

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 R2) – Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia vai avaliar o potencial impacto em suas demonstrações financeiras durante o próximo exercício.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida.

#### 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e Bancos	13	9
Aplicações Financeiras	<u>1.009</u>	<u>131</u>
<b>Total apresentado</b>	<b><u>1.022</u></b>	<b><u>140</u></b>

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Deposito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Deposito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating Aa1, baseado na agência Moody’s.

## 5 Contas a receber do EMG

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valores a receber do Estado ref. pagamento de PPP	14	800.836	715.622
Obrigações por repasse PPP		(759.965)	(674.594)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017		(40.871)	-
<b>Contas a receber - total apresentado</b>		<u>-</u>	<u>41.028</u>

A EMIP possui o valor de R\$800.836 a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, conforme nota 15. Em contrapartida, a Companhia recebeu de sua controladora, MGI, conforme autorizado pelo Estado de Minas Gerais, aportes de capital no valor de R\$759.965 para pagamentos de contraprestações. Desta forma, a Companhia possui um saldo líquido de R\$40.871 a receber do Estado de Minas Gerais que será objeto de redução de capital, conforme proposto em Ata de Reunião do Conselho Fiscal 001/2017, aprovada em 20 de dezembro de 2017.

## 6 Tributos a recuperar

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributos Retidos em Aplicações Financeiras	a.	19	25
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	b.	113	175
<b>Ativo Circulante</b>		<b>132</b>	<b>200</b>
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	b.	1.224	1.197
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>1.224</b>	<b>1.197</b>
<b>Total</b>		<b><u>1.356</u></b>	<b><u>1.397</u></b>

- a. A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2017, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.
- b. Refere-se ao pagamento a maior de PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. A EMIP transferiu para longo prazo os valores estimados que não serão compensados nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será compensado à medida que novos tributos a recolher forem apurados.

## 7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimento mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(1.917)</b>	<b>(4.230)</b>
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-
<b>Base de cálculo para IRPJ</b>	<b>(1.917)</b>	<b>(4.230)</b>
Total Imposto de renda e contribuição social	-	-
<b>Taxa efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

## 8 Estoque de imóveis para comercialização

	<u>Quantidade</u>	<u>R\$</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	110	6.224
Baixa de imóveis vendidos	(18)	(954)
Baixa de impairment - imóveis vendidos	-	249
Reversão de Impairment de imóveis disponíveis para venda	-	116
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<u>92</u>	<u>5.635</u>

## 9 Obrigações por repasse

A EMIP registrou em suas obrigações, em 31 de dezembro de 2017, valores que se referem a depósitos em garantia para aquisição de imóveis disponíveis para comercialização. Esses valores são baixados à medida que são registradas as transferências dos imóveis para os compradores.

### Depósitos de Terceiros em Garantia

	<u>R\$</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>81</b>
Depósitos em garantia	2.311
Baixa por transferência	(657)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<u><b>1.735</b></u>

## 10 Partes relacionadas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Partes Relacionadas</b>	<b>MGI</b>	<b>MGI</b>
Passivo - Fornecedores e outras contas a pagar	a. 65	757
Passivo - Obrigações com PPP (nota 5)	b. 759.965	674.594
<b>TOTAL</b>	<b>760.030</b>	<b>675.351</b>

- a. A Companhia possui com sua controladora, MGI, um convênio de Cooperação Técnica de compartilhamento funcional. Nos termos desse convênio, a EMIP deve à sua controladora, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$65.
- b. A Companhia recebeu de sua controladora, no exercício de 2017, o montante de R\$85.371, como aporte de capital, destinado ao pagamento de contraprestações de PPP's.

### Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Honorários e Encargos</b>		
Diretoria	416	263
Conselho de Administração	294	294
<b>TOTAL</b>	<b>710</b>	<b>557</b>

## 11 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

No exercício de 2017, sua controladora, a MGI, aportou recursos como adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$86.060, sendo que R\$85.371 foram destinados ao pagamento de PPP's e R\$689 destinados ao cumprimento de obrigações operacionais da EMIP.

No decorrer do exercício de 2017, os adiantamentos para futuro aumento de capital, foram transformados em aumento de capital. Em Ata de Reunião do Conselho Fiscal 001/2017, aprovada em 20 de dezembro de 2017, foi recomendado a redução do capital no valor de R\$40.871, recursos esses utilizados para pagamento de PPP's, este procedimento será apresentado na ordem do dia, na AGO – Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$810.902.

A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

	<u>31/12/2016</u>	<u>movimentações</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Capital Social Subscrito</b>	<b>562.288</b>	<b>248.614</b>	<b>810.902</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	162.554	(162.554)	-
<b>Total Capital Social integralizado</b>	<b>724.842</b>	<b>86.060</b>	<b>810.902</b>
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(674.594)	(85.371)	(759.965)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CF em 20/12/2017	-	(40.871)	(40.871)
<b>Total Obrigações por Repasse</b>	<b>(674.594)</b>	<b>(126.242)</b>	<b>(800.836)</b>
<b>Capital Social apresentado - CPC 39</b>	<b>50.248</b>	<b>(40.182)</b>	<b>10.066</b>

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

ACIONISTAS	<u>Ações</u>	<u>Participação</u>
		<u>%</u>
MGI - Minas Gerais Participações S.A.	478.487.293	100,00
<b>TOTAIS</b>	<b>478.487.293</b>	<b>100,00</b>

#### *b. Reserva legal*

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

#### *c. Dividendos*

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

#### *d. Prejuízo líquido por ação básico*

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Média da quantidade de ações no período	478.487.293	478.487.293
Resultado do período	(1.917)	(4.230)
<b>Resultado por lote de mil ações (em R\$)</b>	<b>(4,01)</b>	<b>(8,84)</b>

## 12 Receita Operacional

A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens imóveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a EMIP vendeu 18 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$ 614, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas de vendas de imóveis	614	1.041
PIS/COFINS	(63)	(97)
<b>Receita Líquida</b>	<b>551</b>	<b>944</b>

## 13 Custos e despesas



	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo de Aquisição de Imóveis	705	1.517
Custo de Avaliação de Bens Imóveis	30	28
Despesa com IPTU	10	4
<b>Custos</b>	<b>745</b>	<b>1.549</b>
Despesas com Pessoal	1.029	828
Despesas Administrativas	1.105	927
<b>Despesas</b>	<b>2.134</b>	<b>1.755</b>
<b>Total</b>	<b>2.879</b>	<b>3.304</b>

## 14 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas aplicações financeiras	98	151
Receitas de atualização de créditos	120	170
PIS/COFINS	(10)	(12)
	<b>208</b>	<b>309</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
IOF	(10)	(46)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>198</b>	<b>263</b>

## 15 Parcerias Público-Privadas

As parcerias público-privadas compreendem diversas formas de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público. A iniciativa privada entra com a capacidade de investir e de financiar, com a flexibilidade e com a competência gerencial e operacional, enquanto o setor público assegura a satisfação do interesse público.

O ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos.

O Estado, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, ficará também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado, remuneração essa que será vinculada ao desempenho do parceiro privado, e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária – Verificador Independente, no âmbito da relação contratual.

No sentido de dar mais credibilidade à remuneração ao parceiro privado, o Estado criou, em 16 de julho de 2013, a EMIP – Empresa Mineira de parcerias S/A, tendo como um dos objetivos assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em 2017, foram pagos como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais aos Parceiros Privados o montante de R\$ 85.214, conforme demonstrado abaixo:

Parcerias Público-Privadas	31/12/2016	movimentação	31/12/2017
	saldo final	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	370.263	2.252	372.515
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	271.951	70.853	342.804
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	73.408	12.109	85.517
	<b>715.622</b>	<b>85.214</b>	<b>800.836</b>

### Reclassificação, Apresentação e Compensação Ativo x Passivo

A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.275, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Do total recebido, R\$530.516 foram destinados para os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Nesse sentido, por atuar apenas como um agente do Estado de Minas Gerais, a Companhia reclassificou o valor de R\$759.965, referente aos aportes de capital recebidos de 2013 a 2017, do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O quadro abaixo demonstra o sumário da operação.

	<u>31/12/2017</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Divulgado</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Divulgado</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Contas a receber EMG	759.965	(759.965)	-	Obrigações por repasse - PPP	759.965	(759.965)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>761.190</b>	<b>(759.965)</b>	<b>1.225</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>760.654</b>	<b>(759.965)</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>768.014</b>	<b>(759.965)</b>	<b>8.049</b>	<b>Total do passivo e PL</b>	<b>768.014</b>	<b>(759.965)</b>	<b>8.049</b>
	<u>31/12/2016</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2016</u> <u>Divulgado</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2016</u> <u>Divulgado</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Contas a receber EMG	715.622	(674.594)	41.028	Obrigações por repasse - PPP	674.594	(674.594)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>716.911</b>	<b>(674.594)</b>	<b>42.317</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>674.594</b>	<b>(674.594)</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>723.505</b>	<b>(674.594)</b>	<b>48.911</b>	<b>Total do passivo e PL</b>	<b>723.505</b>	<b>(674.594)</b>	<b>48.911</b>

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

## 16 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de risco financeiro

#### *a. Visão geral*

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado,

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo resumem-se às aplicações financeiras e contas a receber de clientes, que estão dentro do nível 1 da Hierarquia do valor justo.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações.

### ***b. Estrutura do gerenciamento de risco***

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

### ***c. Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

### ***d. Exposição a riscos de crédito***

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2017 e 2016):

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	4	1.009	131
Crédito com o EMG	5	-	41.028
<b>Total</b>		<b><u>1.009</u></b>	<b><u>41.159</u></b>

***e. Perdas por redução no valor recuperável***

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

***f. Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de dividendos ordinários.

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo financeiro não derivativo</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	9.a	65	757
<b>Total</b>		<b>65</b>	<b>757</b>

***g. Risco de taxa de juros***

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

<b>Indexador DI</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Aplicações Financeiras - Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.009	131
<b>Total</b>		<b>1.009</b>	<b>131</b>

***h. Gestão de capital***

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

**17 Evento Subsequente**

Em 03 de janeiro de 2018, a MGI realizou AFAC na EMIP no valor de R\$9.780 para cumprimento de obrigações de PPP.

Em 09 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, ATA 001/2018, deliberou a exoneração de membro da Diretoria-Executiva, Sr. Antônio Eustáquio da Silveira, do cargo de Diretor-Presidente, e eleição de novo membro, Sr. Mário Assad Júnior, para o mesmo cargo.

\*\*\*\*\*

**Conselho de Administração**

Paulo de Souza Duarte – Presidente

Marco Antonio Viana Leite – Vice-Presidente

Nestor Francisco de Oliveira – Conselheiro

Francisco Eduardo Moreira – Conselheiro

Luis Gustavo D'Ávila Riani – Conselheiro

Manoel Nazareno Procópio de Moura – Conselheiro

Alcione Maria Martins Comonian - Conselheira

**Diretoria Executiva**

Mário Assad Junior – Diretor Presidente

Cézar Manoel de Medeiros – Diretor Executivo

**Contador responsável**

Flavio Augusto Sampaio Menezes

CRC/MG 68.072/O-9